



UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E INOVAÇÃO – PROPGPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL – UNIRIO

RENILDO NASCIMENTO SANTOS

MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS E IMPOSIÇÃO DE ESQUECIMENTO
DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO CACAUEIRA

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2023

RENILDO NASCIMENTO SANTOS

MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS E IMPOSIÇÃO DE ESQUECIMENTO
DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2023

Ficha Catalográfica

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

S237 Santos, Renildo Nascimento
MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS E IMPOSIÇÃO DE ESQUECIMENTO
DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO CACAUEIRA / Renildo
Nascimento Santos. -- Rio de Janeiro, 2023.
118

Orientador: Francisco Ramos de Farias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2023.

1. Escravidão. 2. Violência. 3. Região
cacaueira. 4. Esquecimento. 5. Resistência. I.
Ramos de Farias, Francisco, orient. II. Título.

RENILDO NASCIMENTO SANTOS

MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS E IMPOSIÇÃO DE ESQUECIMENTO
DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração:
Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa:
Memória Subjetividade e Criação

Banca Examinadora

Francisco Ramos de Farias (Orientador) – UNIRIO

Diana de Souza Pinto – UNIRIO

Eduardo José Pereira Maia – UFRJ

Dissertação Aprovada em __/_____/2023

Rio de Janeiro

Aos meus amores:

Rosa

Lelê

Théo

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho representa um grande marco na minha vida como professor e pesquisador, pois o tema aqui discutido possibilitou inúmeras reflexões sobre meus antepassados, minha negritude, minha identidade e minha atuação docente. Por isso, agradecer às pessoas que fizeram parte dessa etapa especial da minha trajetória traz muita alegria no que diz respeito a rememoração de momentos com colegas, docentes, amigos e familiares. Por outro lado, eu precisaria de uma memória mais acurada e de muitas páginas para dar conta da difícil tarefa de reunir todos os agradecimentos. Sob o risco de esquecer alguém, afirmo que todos os nomes foram grafados antes em meu coração.

Agradeço primeiramente à Deus pela graça concedida, pela força vital e pela companhia nos períodos (aparentemente) solitários durante a escrita.

Ao meu orientador Francisco Ramos de Farias toda a minha gratidão pelas conversas, reflexões, paciência, amizade, auxílio, compreensão e por não permitir que eu desanimasse. Além disso, acredito que sua maneira de orientar é revolucionária porque não exclui o afeto do profissionalismo. A sensibilidade e o cuidado dedicados aos seus orientandos são exemplos tocantes para todos que exercem o ofício da educação e me emocionaram em muitos momentos dessa jornada.

Agradeço à Cipriano (*in memoriam*) e à Dona Lau, meus avós maternos, por serem a raiz familiar fundamental. Sinto que parte importante do meu caráter foi forjado nos passeios pela nossa “rocinha”, a *Pedra do Sino*. Meu amor pela cultura cacauera vem dos vários causos narrados com a firmeza de Dona Lau ou com a candura de “vô” à luz do candeeiro, dividindo o espaço da sala com as sacas de cacau sob o assoalho de madeira e olhando para o lajedo.

Sou muito grato à Carminha, “mainha”, pelos ensinamentos que sempre me mantiveram no caminho da retidão e da humildade. Não bastasse ser a mãe mais amorosa do mundo, também direcionou seus esforços para que seus filhos avançassem nos estudos.

Ao meu irmão “Val”, homem de persistência e inteligência inigualáveis ao qual recorri nas horas de desespero e sempre obtive palavras de refrigério.

Aos meus familiares do Rio de Janeiro Ivonete, Jorge Bispo “Loli” e Matheus por serem meu suporte desde a minha chegada na cidade e por serem meu núcleo aconchegante da região cacauera fora do meu Estado natal. Jorge, aliás, antigo trabalhador rural, é um grande conhecedor das dinâmicas sociais regionais e, por isso, nossas conversas propiciam um nível inenarrável de aprendizado.

À Ingrid Ferreira pelo companheirismo e por ter me ensinado a ser uma pessoa melhor durante essa caminhada em que estivemos juntos.

Sou grato ao grande amigo João Vitor Schmutzler Abrahão por ter me apresentado o Programa de Pós-graduação em Memória Social, pelo incentivo, pelas discussões político-geográficas e principalmente por acreditar no meu potencial.

Muito obrigado à Adriana Serafim, historiadora, duplamente mestra, colega de profissão e amiga sempre disponível para ajudar. Além disso, dedicou parte do seu precioso tempo para ler minha pesquisa e para dar contribuições preciosas.

Agradeço à querida amiga Naitan Moreira Liao que, não satisfeita em me incentivar quanto ao ingresso na pós-graduação, sugeriu leituras, métodos de estudo e muito ajudou na adaptação no início dessa jornada.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas de turma do mestrado, em especial a Marcela de Souza Rocha, funcionários, professores e demais profissionais de educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

À professora Diana Souza Pinto e ao professor Eduardo José Pereira Maia por terem aceitado participar da banca. Ademais, seus apontamentos foram essenciais para a evolução do presente trabalho.

Sou muito grato aos discentes, servidores e funcionários terceirizados da Escola Municipal Medalhista Olímpico Thiago Braz da Silva. Em especial Eva, Vicente, Beatriz, Alice, Cleiton, Andreia, Lívia, Mônica, Vanessa, Raquel, Ana Paula, Aline, Priscila, Andreza, Juliana, Rosângela, Érica e Luiz.

RESUMO

No presente trabalho analiso as violências no âmbito do duradouro regime de escravidão brasileiro. Investigo esse fenômeno no recorte espacial da região cacauera do Estado da Bahia devido à importância dessa área produtora para a economia do país. O recorte temporal, menos rigoroso, compreende a segunda metade do século XVIII, mais precisamente nos seus últimos anos, tendo como marco importante o estabelecimento da cultura cacauera, no início do século XIX, até a metade final dos oitocentos com a abolição da escravatura e consequências imediatas da abolição. Portanto, tenho como objetivo compreender de que maneira elites regionais lograram certo êxito no processo de apagamento da importância da escravidão na região cacauera, do Estado da Bahia, e se existem vestígios que escaparam a essa forma de dominação quanto às memórias do trabalho, do cotidiano, das violências impostas e da resistência dos escravizados. Para tal, utilizo do método argumentativo analítico, aproximando obras de debatedores da Geografia, principalmente na análise da paisagem, da Memória Social e da História. A variedade dos tipos de violência direcionou às discussões contidas neste trabalho em três eixos principais: a) violência e controle do espaço; b) os desenraizamentos como ferramenta de exploração; c) a memória da resistência. No que se refere às estratégias de resistência das pessoas escravizadas, priorizei as discussões sobre as modalidades mais significativas quanto à abertura de possibilidades na luta pela liberdade, por isso denominadas de atuações nas brechas do sistema escravagista.

Palavras-chave: Escravidão; Violência; Região Cacauera; Esquecimento; Resistência.

ABSTRACT

In this paper, I analyze the violence in the enduring Brazilian slavery regime. I investigate this phenomenon in the delimitation of the cocoa region of the State of Bahia due to the importance of this producing area for the country's economy. The time frame comprises the second half of the eighteenth century until the final half of the nineteenth century when slavery was abolished in Brazil. Therefore, I aim to understand how the regional elites succeeded in erasing the importance of slavery in the cocoa region and if there are traces that escaped this form of domination regarding the memories of work, daily life, imposed violence, and resistance of the enslaved. I use the analytical argumentative method, approaching works by Geography debaters, mainly in the analysis of the landscape, Memory, and History. The variety of violence typification directed the discussions contained in this paper in three analysis lines: a) violence and control of space; b) uprooting as a tool for exploitation; c) the memory of resistance. Regarding the resistance strategies of the enslaved people, I prioritized the discussions about the most significant modalities regarding the opening of possibilities in the fight for freedom, therefore called acting in the gaps of the slavery system.

Key Words: Slavery; Violence; Cocoa region; Forgetfulness; Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. A condição insalubre dos navios negreiros	15
Figura 2. Baía do Pontal: identificando pontos da atual cidade de Ilhéus e seus principais rios	18
Figura 3. Mapa de instrução para ancoragem na Baía do Pontal	19
Figura 4. Municípios da região cacaueira do sul do Estado da Bahia.....	21
Figura 5. Cidades mais importantes da região cacaueira na opinião de moradores entrevistados	48
Figura 6. Reprodução de óleo sobre tela do artista Célio Aguiar (1998) que retrata a vida dos trabalhadores nas roças de cacau	54
Figura 7. Barcaça para secagem dos caroços de cacau.....	57
Figura 8. Senzala-pavilhão	59
Figura 9. Senzala-choupana ou senzala-barraco.....	60
Figura 10. Trabalhadores na colheita de cacau.....	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 VIOLÊNCIA E ESCRAVIDÃO: DA ÁFRICA ÀS ROÇAS DE CACAU BAIANAS..	30
2.1 O controle do espaço como aparato da violência	45
3 O TRIPLO DESENRAIZAMENTO PARA EXPLORAÇÃO DO CORPO NEGRO..	63
3.1 Omissão e apagamento da contribuição cultural das pessoas escravizadas	74
4 MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA E LUTA PELA LIBERDADE	86
4.1 Resistências nas brechas do sistema.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

Abordar o tema escravidão não é uma tarefa fácil, visto que sendo deveras importante, o mesmo suscita diversas significações, além do que, devido à sua complexidade, pode-se incorrer em erros e falsas aproximações. Por isso, no presente trabalho, obviamente, não estou isento de reparos, críticas e complementações que possam surgir de outros olhares a partir de outras leituras sobre a temática.

Contudo, empreendo aqui um esforço de apresentar o tema de maneira cautelosa com uma dose de responsabilidade, uma vez que a escravidão representa um triste e lamentável episódio da história mundial. Todavia, no caso específico do Brasil, como nação colonial, a manutenção da condição de escravização de pessoas, examinados por certos ângulos, ainda insiste em deixar marcas indeléveis na sociedade, perdurando sob outras formas de dominação. Seja na estrutura econômico-social com a manutenção das elites duradouras que remontam aos primeiros europeus que se estabeleceram no novo mundo tupiniquim; seja na demografia brasileira em que ao menos metade da população, entre pessoas pretas e pardas, identifica-se como afrodescendente de acordo com informações do IBGE construídas no ano de 2022.

Porém, fazendo um retrocesso na história da condição humana, pressuponho que não é possível datar o início da escravidão na Antiguidade. Não obstante, algumas sociedades que são referências no campo da história trazem situações que ilustram formas de escravidão como, por exemplo, o cativo dos hebreus no Egito; a escravização de prisioneiros de guerra no período Clássico Grego; ou pela circunstância de endividamento, conforme acontecia na Roma Antiga.

Há estudos, entre os quais o de Deprestre (1980), que comparam a escravidão da Antiguidade com a escravidão da Era Moderna, apesar das singularidades dessas épocas. Existem pontos de contato, é verdade, como o fato da centralidade da apropriação da força de trabalho que pressupõe uma relação assimétrica e de dominação entre o senhor e o escravo.

Além disso, não devemos perder de vista que os contextos políticos, culturais e sociais podem nos mostrar que os regimes de escravidão, nas distintas épocas históricas, não são semelhantes, mesmo que seja possível traçar algumas aproximações quanto ao caráter de poder e tutela sobre o corpo do outro, operando por meio de uma lógica, conforme assinalou Rede (1998), a qual rebaixa a pessoa à condição de coisa, uma espécie de lógica que contribui para um processo de coisificação, anulando, por completo, as singularidades subjetivas e fomentando a formação de seres seriados, semelhantes a autômatos.

A questão pensada sob esse prisma nos leva a concluir que o ineditismo da escravidão moderna confere um caráter distintivo em relação à escravidão de outras épocas da história humana, pelo menos, quando consideramos três fatores principais:

1. O componente racial, considerando o fato de que apenas pessoas negras, de acordo com um critério ideológico e pseudocientífico, foram escravizadas;

2. A extensão desse critério aos filhos de pessoas escravizadas, na percepção de que as mesmas eram automaticamente rebaixadas à condição de escravos, de acordo com a determinação pautada na hereditariedade; e,

3. Uma noção de perpetuidade da condição de escravo alimentada pela crença de ser impossível reverter uma situação de rebaixamento, diferente do caráter temporário ou da liberdade condicionada, conforme pontua Depestre (1980), o que consistia no pagamento de dívida como na Antiguidade, ou seja, o conjunto de valores pressupunha o caráter de reversibilidade.

O presente trabalho, quando necessário, não se priva de recorrer como fonte à Era Antiga, ou melhor, Antiguidade. Contudo, o foco por mim pretendido se refere à escravidão que teve lugar no cenário do Mundo Moderno, no apogeu das grandes invenções e também na grande propulsão do progresso científico. Refiro-me aqui, sobretudo, à escravidão relacionada ao tráfico transatlântico colonial, no esteio de interesses do continente europeu, o que aconteceu na exploração do continente africano, onde as pessoas, por serem negras, sob a determinação dos povos brancos foram consideradas inferiores e arrancadas de suas origens para serem forçosamente levadas para o continente americano, dentre outros.

A situação acima descrita tem como marco da escravidão moderna a primeira metade do século XV, quando os portugueses chegaram à costa da África e ali obtiveram, de acordo com Campello (2018), algum sucesso no estabelecimento de relações comerciais e políticas com reinos dominantes do litoral africano.

Notadamente os povos portugueses objetivavam também ampliar essas relações com o interior, porém as características físico-geográficas do território se mostraram fortes obstáculos em um primeiro momento. Contudo, na tentativa de encontrar uma solução idealizou-se um plano que implicaria em armadas, estratégia militar, movimento de tropas em densas florestas úmidas, aclimação dos exploradores às características específicas do terreno, ataques a reinos estabelecidos. Soma-se ainda uma incerteza quanto às riquezas a serem exploradas no continente pouco conhecido.

Em prosseguimento, na reflexão que pretendo conduzir, chamo a atenção para o fato de que não podemos perder de vista o contexto da exploração de novas terras por parte dos

européus, principalmente portugueses e espanhóis. Com o avanço da dominação desses povos aconteceu uma conquista e posterior colonização da América, já no final do mesmo século XV, *conditio sine qua non* para que os europeus “justificassem”, com argumentos imbatíveis, a necessidade de mão de obra para a exploração do Novo Mundo, difundido como decorrente de um processo de descoberta e não de uma planejada invasão.

Esse é o ponto de partida do comércio triangular envolvendo os três continentes: África, América e Europa, na seguinte dimensão estrutural: a África, o solo propício ao fornecimento de mão de obra a ser escravizada, que é vendida e/ou produz matéria prima na América, para finalmente ser transformada em riquezas por e para a Europa (DEPESTRE, 1980). Não é difícil depreender quem mais perdia e quem foram os povos mais prejudicados com esse comércio, bem como quais as nações seriam as mais beneficiadas.

Todavia, convém observar que a escravidão já existia na África em práticas que se assemelhavam aos critérios que impunham a condição de escravidão da Antiguidade, conforme já assinalado. A título de ilustração, a história, segundo Campello (2018), nos conta que reinos guerreiros combatiam entre si, aprisionavam grupos e em alguns casos o regime de cativo tinha o objetivo de sacrifícios religiosos, exposição da superioridade militar ou mesmo dominação regional. Não obstante, de uma forma bastante diferenciada, os acordos dos europeus com as elites locais funcionavam para produzir, como resultado, a transformação e reconfiguração em termos mercantis criando uma “demanda insaciável”.

A situação no continente africano foi levada a uma condição extrema, a ponto de mudar o comportamento dos povos locais dominantes, ao mesmo tempo em que acentua o problema para os povos dominados, criando uma espécie de corrida ao aprisionamento de homens e mulheres para posterior venda e exportação, nesse caso, de forma análoga a que era adotada para a comercialização dos produtos da terra. A principal consequência desse tipo de empreitada concorreu para que reinos oponentes passassem a viver em estado de guerra permanente e insustentável, além do enfraquecimento da capacidade de defesa desses reinos que se viram vulneráveis diante da força de dominação e exploração dos impérios coloniais escravistas.

O enfraquecimento e vulnerabilidade dos reinos locais do continente africano constituíram um solo fértil para que os povos europeus dominadores, conforme assinala Césaire (2020), instalassem uma potente estratégia de dominação com anuência e consentimento de várias instituições, inclusive religiosas. Desse modo, teve lugar a migração forçada de povos africanos para as colônias na América, transportados pela determinação dos povos colonizadores, dos cativos de zonas longínquas das regiões do interior dos países africanos para os entrepostos das cidades localizadas no litoral. Essas pessoas, uma vez dominadas e

subjugadas eram amarradas em canas, formando uma espécie de pequenos grupos durante o trajeto (que poderia durar dias), o que era feito em canoas ou trilhas pelos rios e florestas insalubres.

Contudo, convém sinalizar que essa jornada, muitas vezes, era dificultada pela carga de pesadas rochas, à guisa de bolas de ferro e grilhões que serviam ao objetivo de evitar fugas. Quer dizer, as pessoas além de amarradas umas às outras eram também imobilizadas por grandes pesos atrelados aos seus membros inferiores.

Assinalo, com base nos rastros da História, que quando esses contingentes de pessoas chegavam aos portos, elas eram dispostas, a céu aberto, em amontoados, para serem cuidadosamente avaliadas e inspecionadas por mercadores.

A partir dessas primeiras medidas, aquelas que apresentavam condições julgadas adequadas ao trabalho, ou seja, consideradas um bom produto de venda, eram marcadas a ferro quente com as iniciais do comerciante e ficavam em condição de espera, em cercados guardados por cruel e eficiente vigilância, conforme afirma Campello (2018), até o momento de embarque, nos chamados navios negreiros, o que poderia durar um ou vários dias.

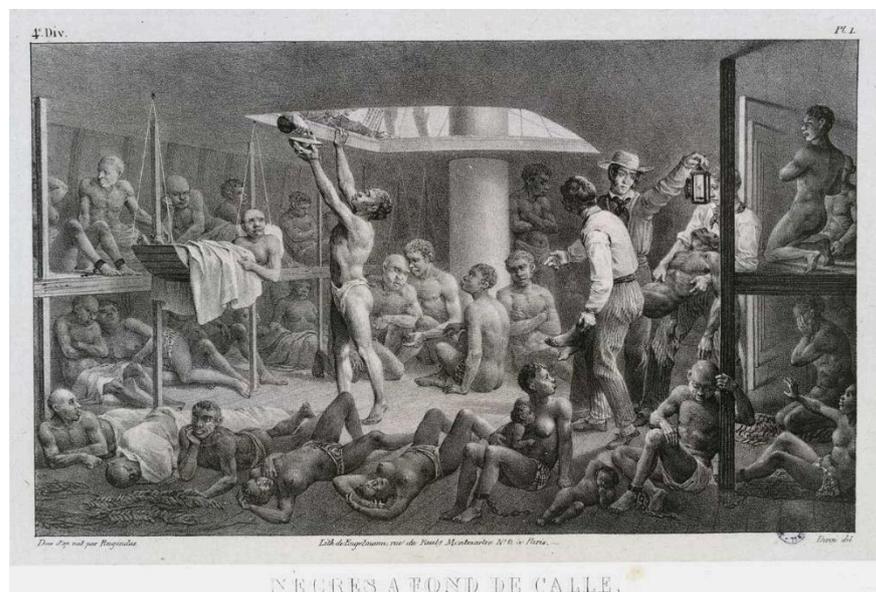
Com a chegada dos navios aos portos para a realização do tráfico de pessoas, em função da realização da travessia transatlântica, essas pessoas eram encaminhadas aos porões dos navios, já no intuito de demonstrar que seriam capazes de sobreviver às muitas intempéries, inclusive diante das precárias condições de acomodação, aeração e alimentação que lhes eram destinadas.

Há um aspecto que quero assinalar: embora a travessia transatlântica seja descrita em diversos trabalhos históricos de grande importância acadêmica, a obra de Laurentino Gomes (2019), em uma linguagem jornalística, ganhou bastante destaque midiático, ao traduzir o terror do transporte de homens e mulheres negras expostas ao pesadelo dos porões dos “navios da morte”. Nesses meios de transporte as pessoas eram “acomodadas” em cubículos, de pouca ou nenhuma circulação de ar, com alimentação racionada, expostas às pestes, detritos, fezes, urina, roedores, animais peçonhentos, violências e demais artifícios que visavam oprimir e controlar os corpos, evitando rebeliões, mas que expunham as pessoas a uma instância de ‘coisificadas’, sem quaisquer diferenças subjetivas, inscritas no âmbito da condição humana a não ser pela força física, sendo essas pessoas, subsequentemente, transformadas em “cargas”.

Essa condição teve como consequência a espantosa mortalidade durante o trajeto, na possível demonstração de que apenas interessam aos vendedores e compradores de pessoas escravizadas, as mais fortes, as que conseguiriam sobreviver aos diferentes tipos de adversidades.

Com intuito de ilustrar as descrições das condições desumanas impostas às pessoas escravizadas durante a viagem transatlântica, apresento na figura 1 uma gravura de Rugendas (1835) na qual o porão de um navio negreiro é retratado. É provável que, para melhor iluminação da cena, o autor tenha escolhido o ponto abaixo de uma abertura que permitiria a comunicação com o convés, inclusive, é por essa passagem que uma pessoa parece receber alimentação. Dentre várias informações sugeridas pela imagem, elenco como mais impactantes a superlotação, a presença de crianças e a ação de alguns homens brancos que carregam o corpo de um homem negro aparentemente desfalecido.

Figura 1- A condição insalubre dos navios negreiros.



Fonte: Rugendas (1835).

Ao que parece, o processo de coisificação do corpo de pessoas negras se dá no plano teórico, fundamentado em pressupostos ideológicos criados e disseminados pelo continente europeu, bem antes das estratégias de captura na África.

É flagrante a sua antecipação, quando ideologicamente alcança-se o convencimento e a lógica, seguida, sem maiores questionamentos, pela maioria das pessoas e instituições de que seres humanos podem ser considerados inferiores devido às suas características físicas.

A utilização desse tipo de lógica concorreu para um processo de anulação coletiva da qual se nutre o abrangente regime colonial imposto pelas metrópoles europeias, até praticamente os dias atuais, mesmo que de forma escamoteada, quando não explícita¹.

¹ A esse respeito vale a ilustração das situações que acontecem com frequência nos estádios de futebol europeus, em dias de jogos, nos quais pessoas jogam bananas para atletas negros.

A etapa da tenebrosa travessia tinha seu fim na chegada aos portos da América. Dentre os quais se destacam os portos do Brasil cobiçado pelas nações europeias, em função do fato de o mesmo representar um grande e próspero território a ser explorado, tanto no nível das atividades econômicas; quanto pela operação de acumulação de capital por parte do reino e das elites dominantes.

A esse respeito, vale mencionar que, segundo Gomes (2019), o tráfico negreiro direcionou à América mais de doze milhões de cativos africanos. Destes, quarenta por cento (40%), com certo otimismo, desembarcou em solo brasileiro.

No Brasil, do século XVI ao século XIX, havia um cenário heterogêneo, configurado pelas áreas produtoras de madeira, de criação de gado, da plantação da cana de açúcar, da produção de tabaco, da extração de minério, do cultivo de cacau, da plantação de café e tantos outros produtos que alimentaram ciclos econômicos. Esses ciclos foram determinantes para que as regiões brasileiras se alternassem quanto à condição de maiores concentradores de mão de obra escravizada.

É importante lembrar que tratamos como território brasileiro o que no passado, mais precisamente no século XVI, era identificado como um sistema de administração em que gigantescas porções de terra, com marcos a partir de paralelos cartográficos, no sentido leste-oeste (litoral-interior), eram submetidas às concessões particulares, seguindo intenções explícitas de enriquecimento e dominação do reino português, sob o domínio de nobres de confiança do rei de Portugal: as capitanias hereditárias.

Como ilustração destaco a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, inicialmente tendo como donatário o fidalgo Jorge Figueiredo Correa, local que se destaca, já no século XVI, como um desses pontos centrais, sob os olhares interessados e guiados pela cobiça de nobres do reino português. Acrescento que corrobora com essa intenção um aspecto geográfico: a proximidade da capitania como ponto de desembarque inicial dos portugueses em terras brasileiras (no atual extremo sul do Estado da Bahia) e, ao mesmo tempo, como ponto de partida para a exploração do território.

Não se podem desconsiderar também as características de sítio geográfico, considerando as mesmas como oportunas aos recém-chegados: uma baía com reentrância dotada de atracadouro natural, abrandando a energia das ondas de mar aberto. Ao fundo da mesma há o sinuoso Rio Cachoeira, serpenteando o seu curso para o interior do continente e oferecendo a oportunidade de transporte e comunicação entre os sertões ilheenses e a densa Mata Atlântica.

Mas, devido ao insucesso desse sistema administrativo, que além de hereditário era altamente concentrador de terras, a vila de São Jorge dos Ilhéus, sede que nomeava a outrora

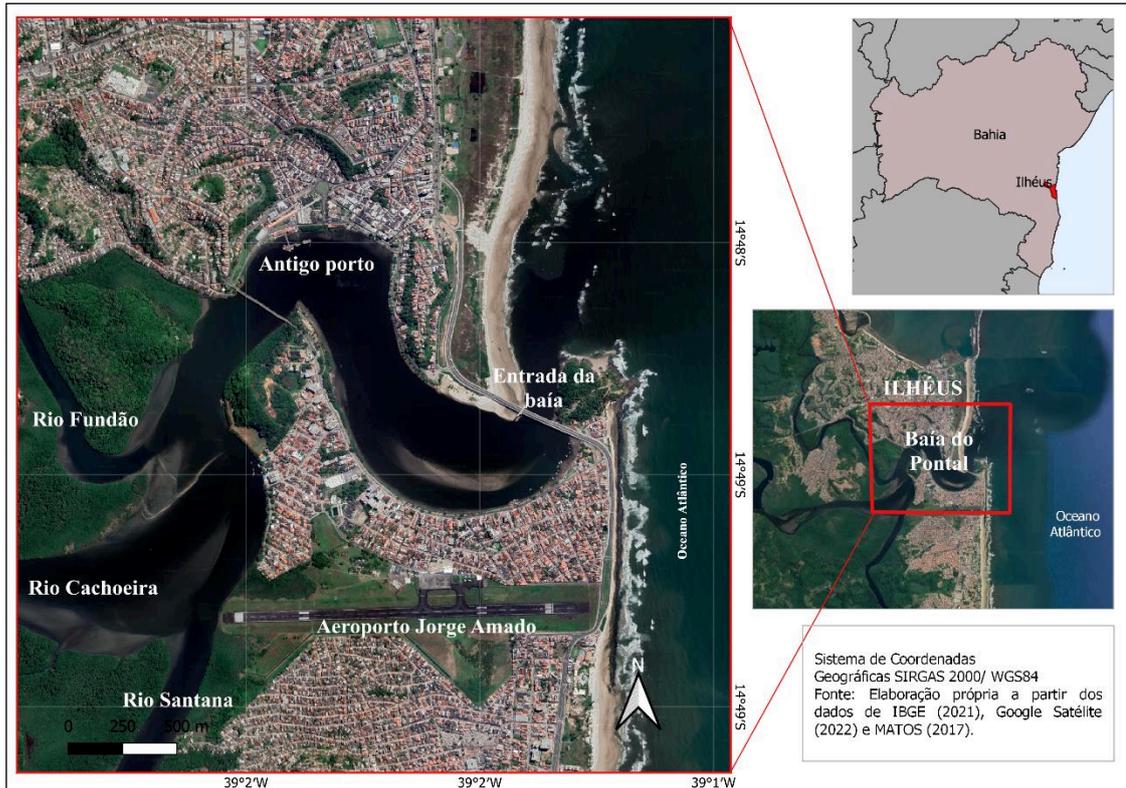
capitania, foi rebaixada à Comarca da província da Bahia, em 1761, segundo pontua Gonçalves (2014).

Em termos econômicos, a região ainda se mantém como área produtora de alimentos, entreposto de abastecimento, área de retirada de madeira e com algumas propriedades policultoras. Essas características foram decisivas para que houvesse a posse de pessoas escravizadas, o que ocorreu por parte de senhores interessados, sobretudo, no enriquecimento pela aquisição e comercialização dessas pessoas. Esses proprietários acenavam para horizontes de construção de vários de seus impérios, tudo isso à custa da exploração do trabalho daqueles que se viam reduzidos à condição de portadoras de uma única característica: a força física, elemento considerado fundamental para o processo produtivo.

Sem dúvida, houve uma mudança de rumos, desse modo, desencadeada pelo sucesso agrícola de grandes produtores de cana de açúcar, com as primeiras grandes fazendas dedicadas ao plantio do cacau, marcando, portanto, uma passagem para uma economia de monocultura, o que explica o aumento da necessidade de mão de obra. Esse fator, segundo Gonçalves (2014), concorreu diretamente para uma força propulsora que levou à inserção da região no tráfico transatlântico de pessoas escravizadas.

No que diz respeito a Baía do Pontal como principal porta de entrada no comércio de produtos agrícolas da região, bem como local de desembarque de milhares de pessoas cativas, valho-me da imagem a seguir para ilustrar a importância das características espaciais do referido sítio geográfico.

Figura 2 - Baía do Pontal identificando pontos da atual cidade de Ilhéus e seus principais rios.



Fonte: Elaboração própria (2022).

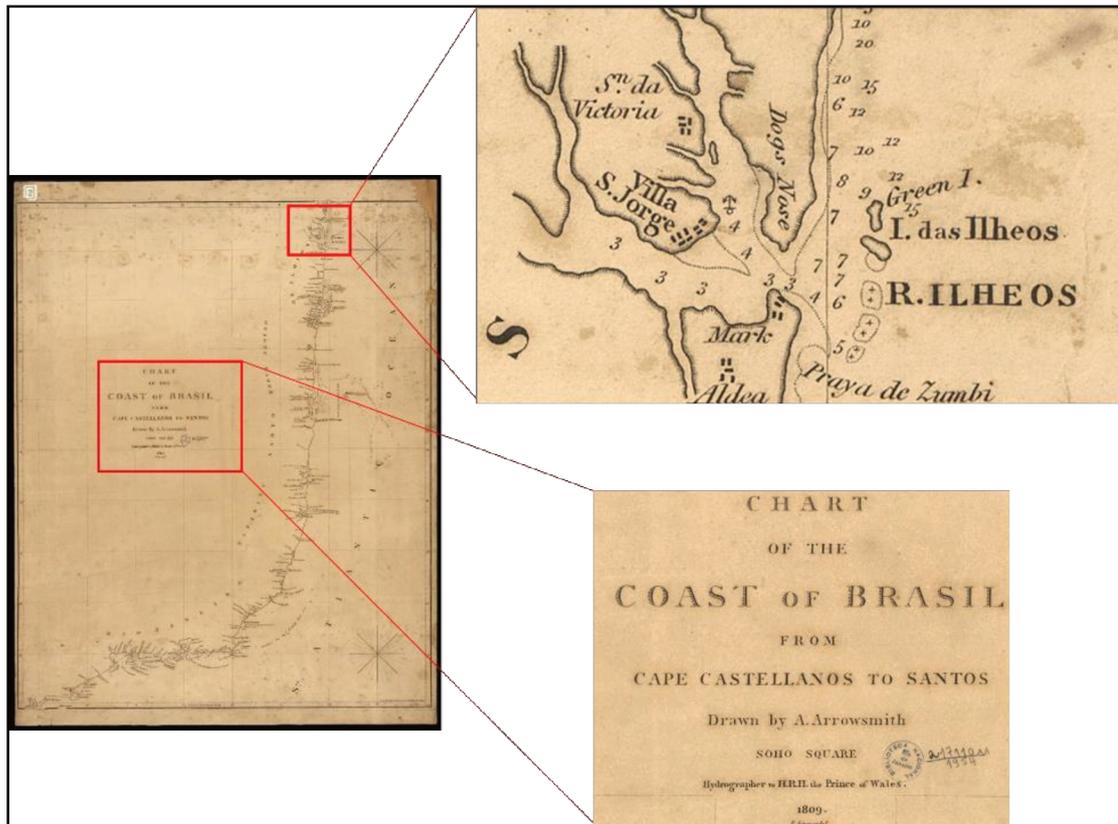
Vale ressaltar que a figura acima resulta da conjugação da imagem de satélite com um mapa, ela ilustra parte da atual cidade de Ilhéus que fora sede da referida capitania de São Jorge dos Ilhéus. Nessa figura podemos identificar a entrada da Baía do Pontal. Segundo Matos (2017, p. 1-8), essa baía faz parte de um estuário, reentrância marítima “onde a água doce se mistura com a água salgada” e “em razão de suas peculiaridades [...] favorece a navegação e instalação de portos”.

Um olhar mais acurado nessa imagem, concordando com a observação de Matos (2017), demonstra que a entrada da baía no sentido norte-sul pode ter abrigado embarcações contra a rebentação das ondas, no sentido leste-oeste e, por esse motivo, facilitado a entrada no continente.

Do mesmo modo, um mapa histórico que data do início do século XIX, exposto na Figura 3, elaborado por Arrowsmith (1809), suscita o destaque da importância dessa feição geográfica, a referida baía, para a economia da colônia. Nesse mapa há instruções para aproximação de embarcações advertindo-as quanto aos recifes e aos níveis de profundidade. O tráfego de embarcações precisaria ser regulado e, mesmo com as tais características favoráveis, seria possível evitar os acidentes. Esse era o ponto derradeiro para milhares de pessoas negras escravizadas, do atracadouro elas eram distribuídas para as propriedades rurais. Desse modo,

essas pessoas adentravam ao labiríntico continente, bem irrigado pelos rios formadores da bacia hidrográfica do Rio Cachoeira. De volta aos portos das cidades litorâneas, essas mesmas embarcações eram carregadas com farinha, madeira, açúcar e, após o século XVIII, com amêndoas secas do cacau (LIMA FILHO, 2017; SANTOS, 2017; ANDRADE, 2022).

Figura 3 - Mapa de instrução para ancoragem na Baía do Pontal



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.

Eis o fio da história do cacau entrelaçado à história do Brasil e da região de interesse desse estudo. Conforme aponta a pesquisadora e brasilianista, Mary Ann Mahony (2001), em um distrito da região, há relatos de uma tradição oral que dava conta da chegada das primeiras amêndoas de cacau para a região, elas eram trazidas por pessoas africanas escravizadas ao chegarem à Bahia. Mesmo que esses relatos não encontrem confirmações documentais, a autora afirma que:

A discussão acerca de escravos e de escravidão em Ilhéus tem demonstrado que os escravos e a escravidão foram importantes para a cidade no século XIX e para o início da cultura do cacau. Contudo, a importância da escravidão, para Ilhéus ou para qualquer sociedade, não repousa apenas na quantidade de escravos que havia na cidade, no número de escravos por residência, no número de residências que possuíam escravos, ou no tipo de trabalho que eles

realizavam. Repousa, também, na divisão da sociedade entre pessoas livres, libertos e escravos, e no desenvolvimento de uma hierarquia social e cultural, na qual os brancos descendentes de europeus são privilegiados, e os negros descendentes de africanos não o são (MAHONY, 2001, p. 137).

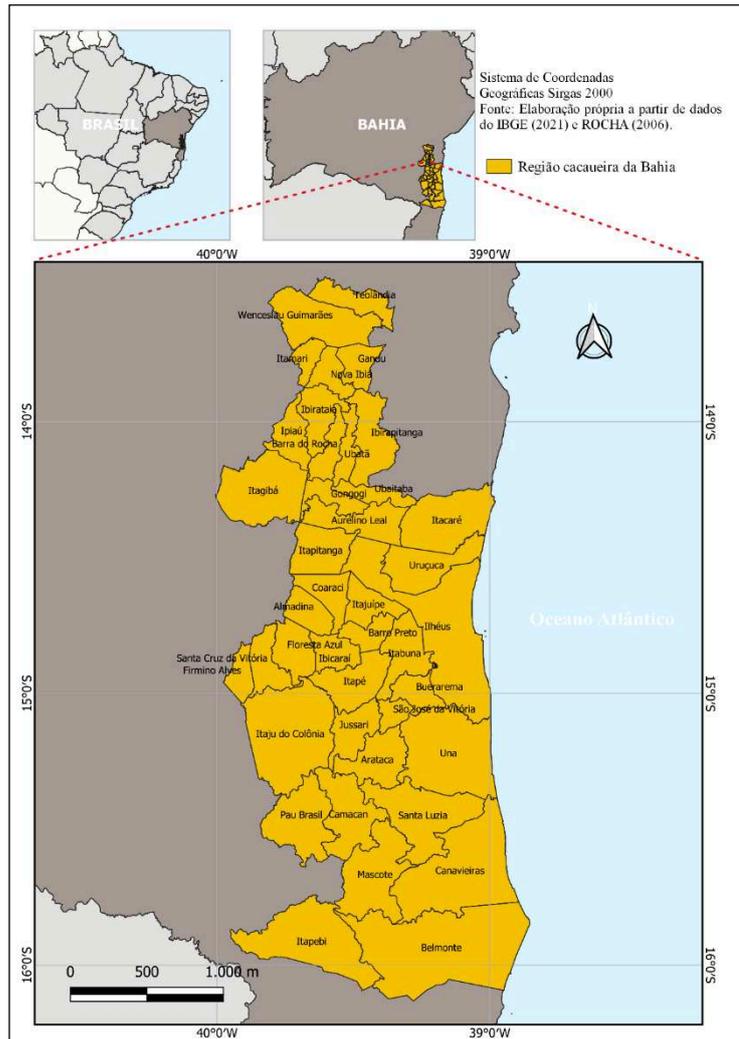
Realmente essa ligação entre cacau e escravidão, expressa no texto de Mahony, não está assentada na confirmação da tradição oral por meio de análise comparativa com múltiplas fontes documentais. Contudo, pode indicar uma reivindicação das pessoas negras escravizadas e seus descendentes no plantio das primeiras lavouras do fruto na região. Um reclame sobre a potência do trabalho empregada por africanos e seus descendentes. Aliás, um indício de resistência escrava, tema que aprofundarei no decorrer deste estudo.

É bem verdade que historiadores apontam o cacau como um produto do continente americano. Entretanto, o seu uso remete aos grandes impérios da Mesoamérica, como o Olmeca e o Asteca, sendo que a bebida dele originada, após torra e moagem, bem como o uso de suas sementes como moeda, também são pontos pacíficos nos estudos. Contudo, recentemente, apontou-se para o fato de que o cacau seria conhecido e cultivado por povos amazônicos, antes mesmo dos impérios pré-colombianos acima citados (LIMA, 2022).

O que se comprova é o fato de que o cacau foi um dos mais valiosos espólios dos espanhóis ao derrotarem os exércitos mesoamericanos. Não demorou a ser prontamente exportado à Europa. Por isso, fora introduzido no território da colônia portuguesa, no século XVII, justamente na tentativa de fazer frente ao monopólio espanhol. O atual estado do Pará foi o local das primeiras experiências. Mas somente no século XVIII o cacau chega ao entorno de São Jorge dos Ilhéus, na região que mais tarde ficará conhecida como Região Cacaueira (ROCHA, 2006).

Há muito tempo, na porção sul do Estado da Bahia, as paisagens são marcadas por grandes latifúndios inseridos diretamente no fluxo agrícola internacional, mas também há espaço para pequenas propriedades dedicadas à agricultura familiar, atividades como a pesca, a extração de madeira, a criação de gado etc. Nos municípios em que suas economias se tornaram dependentes do plantio, do comércio local e da exportação do cacau, criou-se uma cultura ligada a ele. Esse conjunto de arraiais, vilas, pequenas e médias cidades formam a Região Cacaueira, podemos dizer que ela em muito é confundida com os limites da própria região sul, no entanto, não há uma correspondência total (SANTOS, 1957; ANDRADE, 1973). No presente estudo, a Região Cacaueira servirá como delimitador espacial, conforme se depreende na Figura 4.

Figura 4 – Municípios da região cacauera do sul do Estado da Bahia.



Fonte: Elaboração própria (2022)

Em termos metodológicos tal delimitação se justifica, pois a Região Cacauera é a principal área desta pesquisa para alcançarmos as pistas certamente grafadas na memória daqueles que tem no cacau sua principal identificação cultural, ao analisar aquilo que o geógrafo Milton Santos (1957) denominou de “tipos humanos”, a saber: coronéis, trabalhadores assalariados, escravos, imigrantes estrangeiros, jagunços.

Em continuidade, trata-se de uma região imaginada, visto que, por um lado, tem-se a região como uma expressão cultural presente nos trabalhos literários de escritores como Jorge Amado, Jorge Medauar e Adonias Filho, autores que se apropriam desse espaço geográfico para escrever contos, poesias e, no caso dos dois primeiros, configuram uma literatura de costumes denominada “romances do cacau”. Mesmo com o ocaso econômico das lavouras (situação que perdura até hoje e é causada por um fungo denominado vulgarmente como “vassoura de

bruxa”), a literatura tem papel significativo, mas de pequeno alcance, no que tange à fixação na memória dos leitores e habitantes. Na outra direção, se olharmos do ponto de vista geográfico e administrativo atual, a região imaginada “região cacauzeira” também resiste por força da cultura, pois não mais existe como divisão territorial. Outras formas de regionalizar – dividir e classificar o espaço agrário e urbano do sul da Bahia – tornaram-se oficiais na administração do território brasileiro (XING, 2014; IBGE, 2017).

Assim, no presente estudo, o mapa exposto na Figura 4 restringe-se como localizador da região no Estado da Bahia e, ao mesmo tempo, evidencia a centralidade da cidade de Ilhéus, pois é provável que a decadência econômica da lavoura cacauzeira tenha diminuído o número de propriedades produtoras, o que faria a “mancha” amarela do mapa ter uma área menor. Também não se descarta a possibilidade de que os municípios mais distantes, nas bordas da região cacauzeira, como Teolândia ao norte e Belmonte ao sul, sejam exemplos de zonas de contato com outras regiões produtoras tendo a influência cultural do cacau diluída.

A literatura que versa sobre a região, aliás, está referida neste trabalho justamente devido a sua importância na construção de um imaginário acerca do cacau, da escravidão e do seu processo de apagamento, uma vez que quando a literatura lança luz sobre alguns temas, ela pode também contribuir para o ofuscamento de outros. Como afirma Ricouer (2007, p. 459), “ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro”. Situação análoga pode ser considerada em relação ao passado colonial e à contribuição da mão de obra escrava para o estabelecimento da cultura cacauzeira (SANTOS, 2017). Sem dúvida, trata-se de um tema relegado em algumas narrativas, posto em segundo plano ou levado ao esquecimento, entre tantos outros, de menor ou igual importância. Contudo, considerar essa temática é fundamental no sentido de não acentuar ou produzir a lacuna acerca dos estudos do período colonial. De certo modo, apagar ou negar a contribuição da mão de obra de pessoas escravizadas para o estabelecimento da cultura cacauzeira corresponderia à obliteração de um significativo capítulo da história do Brasil.

Na ampla área de estudos sobre a escravidão temos uma miríade de temas a serem discutidos e outras milhares de questões a serem elucidadas. Mas, neste trabalho, meu objetivo é discutir os processos de apagamento da contribuição do trabalho escravo no estabelecimento da lavoura de cacau. Nesse sentido, vale salientar também que essa força de trabalho, no âmbito da memória oficial, foi bastante negada e até mesmo escamoteada com engenhosos artifícios. Cabe acrescentar ainda, que por muito tempo esses processos de apagamento relegaram a um papel secundário as vidas e, por consequência, o trabalho de muitos homens e muitas mulheres

negras subjugadas à servidão nas roças de cacau. Para dar cabo dos meus propósitos, julgo de fundamental importância responder aos seguintes questionamentos:

a) Como aconteceu o processo de apagamento da importância da escravidão na região cacauera da Bahia? e;

b) Quais vestígios escaparam à dominação das elites regionais quanto às memórias do trabalho, do cotidiano, das violências impostas e da resistência das pessoas escravizadas na Região Cacauera?

Cabe ressaltar, por hora, que também estou interessado em entender o apagamento que se alinha ao processo de coisificação de pessoas. Um apagamento com nivelamento de subjetividades e que culmina na transformação de pessoas trabalhadoras em máquinas (dispostas em séries), ‘coisas’ que podem ser acionadas, alocadas, geridas, mantidas, reparadas, descartadas e passíveis de reposição por outras novas e mais eficientes na realização das tarefas, desde que haja vontade ou por capricho do seu proprietário.

O fenômeno do apagamento ou da negação tem incidência direta no contexto da memória coletiva, algo que foi objeto de análise por Jaime Ginzburg (2010, p. 126), no que se refere aos regimes autoritários, quando afirma que a esses “interessa focar o passado como totalidade fechada, frequentemente como mistificação unificadora, de modo a controlar as imagens das identidades coletivas”. Não obstante, compreendemos que uma semelhança se estabelece com o tema desta investigação, pela via do poder, quando faço alusão às elites regionais pouco ou nada alcançadas pelo aparato jurídico, cumpridores apenas das próprias leis.

Para tentar responder as perguntas acima expostas e alcançar os objetivos da pesquisa apresento no primeiro capítulo um breve panorama geográfico da região em questão. Começando com uma tentativa de encontrar o norte teórico, no diálogo entre os campos da Geografia e Memória Social. Após, pretendo projetar luzes sobre o cenário em questão, porém advirto que as mesmas não se limitam à descrição física do espaço. Mas ao detalhamento da história do cacau na região e o estabelecimento da lavoura, suas espacialidades e potência econômica. Nesse primeiro ato também analiso os personagens denominados, por expressão trazida de empréstimo a Milton Santos, de tipos humanos, mas, sobretudo, concentro-me no que se refere aos atores de ambos os lados, nessa relação social assimétrica estabelecida na região durante o período escravagista. Nesse sentido, sigo as pistas teóricas a fim de não perder de vista a busca dos responsáveis pelo eclipsamento da mão de obra escrava nas narrativas sobre o cacau. Ressalte-se que, ainda nesse capítulo de abertura, apresento uma constante no presente trabalho: o entendimento histórico a partir de autores especializados na escravidão da região

em estudo, devido às recorrentes discussões, em especial de três autores: Mary Ann Mahony, Ronaldo Lima da Cruz e Victor Santos Gonçalves.

Em suas ponderações, Mahony (2001) dedica-se a entender as lavouras de cacau como ponto de partida da presença de pessoas escravizadas na região cacaeira, destacando a sua importância para o estabelecimento da cultura agrícola e como participantes ativos da sociedade, em especial da cidade de Ilhéus, no século XIX. Também aborda a questão do apagamento ligando-o às elites regionais.

Do mesmo modo, Cruz (2012) atém-se aos conflitos dos últimos anos da escravidão. Em sua obra é possível constatar um processo de gradativa construção do sentido de liberdade por parte das pessoas escravizadas, sobretudo, em sua fase derradeira quando era anunciada, de forma cabal, a derrocada do fétido sistema escravista brasileiro.

Por fim, Gonçalves (2014) adentra nas relações interpessoais de homens e mulheres escravizadas como elemento fundamental de luta política pela liberdade e conquista de pequenas vitórias. Esta teria se constituído como a verdadeira estratégia de abertura de flancos na luta pela liberdade e na construção de laços sociais do viver e do resistir, próprios da vida de pessoas escravizadas.

Ainda acrescento que as obras dos três autores mencionados foram aqui elencadas, uma vez que podem ser identificadas como ricas fontes de dados encorpadas por arquivos, processos judiciais, matérias de jornais, tradição oral, em suma, documentos analisados e tratados por pesquisadores críticos que serviram como base e ponto de partida para um campo de estudo, até então, incipiente no tocante à área delimitada nesta pesquisa. Além disso, a utilização das contribuições desses pensadores é fundamental para estabelecer um recorte temporal, algo que considero oportuno para este estudo. No entanto, advirto que o recorte que se inicia na segunda metade do século XVIII e se estende por mais de um século, mais precisamente até o final do século XIX, não será seguido com rigidez, até mesmo em função de dois marcos, considerados importantes, a saber:

1. O sucesso e a visão de enriquecimento decorrente da cultura cacaeira, no início do século XIX, e;
2. A abolição da escravatura que trouxe sérias complicações na manutenção da mão de obra de pessoas escravizadas, embora tivesse sido mantida, de forma clandestina, ainda sob os fortes resquícios do processo de dominação.

A essa altura apresento igualmente as principais bases teóricas que são o leme deste estudo, a começar pelas obras que abordam a violência, às quais são trazidas para a análise e o debate com vistas à busca de respostas. Desse modo, registro a minha desconfiança de que

essa empreitada poderá suscitar mais indagações, principalmente quanto aos tipos de violência do cotidiano da escravidão, processos que culminaram em diferentes desenraizamentos planejados e empregados como estratégia de anulação de singularidades das pessoas negras escravizadas, a ponto de reduzi-las à condição na qual se encontram subtraídos os traços de humanidade; artifício conscientemente utilizado como justificção da exploração da força de trabalho e para a produção de excedentes de riqueza.

Ao considerar o panorama de abordagens sobre a violência recorro às ideias de Jan Philipp Reemtsma (2012), que nos apresenta uma tipificação da violência de certo modo compatível a uma abordagem geográfica, visto que considera o espaço e compreende discussões acerca das subjetividades dos atores envolvidos nos atos de violência (perpetrador e vítima). Essas categorias englobam as três modalidades de violência, a saber:

1. Violência locativa;
2. Violência de sequestro (que compreende o corpo como um lugar para execução de um ato violento), e;
3. Violência autotélica.

A análise desses três tipos de violência é um suporte para este estudo, uma vez que representa a oportunidade para discutir o controle do espaço e os aparatos da violência.

Em prosseguimento, ainda no campo da violência, soma-se Wolfgang Sofsky (2006, p. 222), com a ideia de “disposição violenta culturalmente modelável” nos seres humanos. Valho-me de suas ideias para discutir, no âmbito da contribuição deste estudo, os contextos históricos, culturais e jurídicos que fundamentavam a escravidão. Por fim, recorro igualmente a Francisco R. de Farias (2018, p. 4) que entende a violência como “parte da condição humana” e “produtora de pluralidades”, para que seja possível derivar essas ideias no tocante à compreensão dos vários tipos de violência que incidiram sobre as pessoas negras escravizadas – tanto em solo africano quanto em solo brasileiro.

Assim, uma vez que me fundamento nas ideias desses três pensadores, exorto que não é possível percorrer as tramas da estrutura colonial escravagista sem o esforço de entendimento acerca de práticas atualmente expostas ao repúdio. Certamente tomo esse caminho considerando que, em outras épocas, essas mesmas práticas que hoje são repudiadas, foram consideradas normais pela sociedade e, ainda, o que é mais grave, aceitas e naturalizadas, principalmente em relação à produção de um arcabouço de sentidos que contribuíram no ordenamento judicial, político, econômico e religioso.

Vale dizer que a confluência da aceitação, normalização e naturalização dessas práticas, por esses diferentes setores da sociedade concorreu para o estabelecimento de um acordo

implícito assim enunciado: a pessoa negra escravizada não era reconhecida como ser humano. Quer dizer, não pode ser inscrita, no contexto das relações sociais, como um ser dotado de uma subjetividade, levando-se em conta a negação e o apagamento da condição de sua história e de suas singularidades.

Quero ressaltar que, infelizmente, essas acepções e sentidos construídos acompanham a sociedade até os dias atuais, como afinal postula Frantz Fanon (2008, p. 26), ao afirmar que “o negro não é homem, [...] é um homem negro”, ou seja, a pessoa negra escravizada estaria sempre encurralada a partir de um condicionante referido à cor de pele, sendo por esse motivo, apontada como exceção, mesmo que corresponda a um contingente de maioria. Em continuidade ao seu pensamento, Fanon afirma ainda que o homem negro precisa ser retirado desse universo criado para oprimi-lo e diferenciá-lo, no sentido de apropriação das condições de humanidade consideradas, até então, uma exclusividade dos povos brancos colonizadores.

Ao enveredar por essa linha de raciocínio, pressuponho que os sentimentos de arrependimento, bem como a oposição ao pensamento hegemônico, eram pouco prováveis, devido principalmente ao fato de que a sociedade naturalizava e extraía ganhos das atrocidades cometidas, para fins de enriquecimento e afirmação da condição de superioridade das pessoas brancas. Prova disso é que o movimento abolicionista somente ganha força e rompe a argumentação vigente, quando cria sentidos e possibilidades de ganhos econômicos, políticos e sociais.

No segundo capítulo, pretendo analisar com maior acuidade o fenômeno dos desenraizamentos idiomático-cultural, geográfico e familiar considerando as especificidades da região cacaujeira. Com esse objetivo, continuarei as investigações sobre as nefastas modalidades de dominação, destacando as violências do cotidiano que, devido a repetição constante, foram normalizadas ao ganharem o sentido de habitual e, por isso, puderam ser consideradas de difícil identificação. Nesse sentido, essa violência “do dia a dia” pode ser ilustrada com o artifício relativo à elaboração, por parte das elites, de uma verdadeira mitologia utilizada como uma ferramenta de apagamento e construção do esquecimento, no tocante à importância dos povos negros africanos e brasileiros escravizados.

Ao focalizar a situação da escravidão nas fazendas de cacau, faz-se possível entender o apagamento da força de trabalho como elemento construtor da cultura brasileira. Assim, me aproximo do processo de construção de memória, uma vez que ao longo da análise me deparei frequentemente com a imposição de uma versão oficial construída e operada por detentores da elite ligada ao poder. Desse modo, essa vertente imposta encaixa-se perfeitamente naquilo que Paul Ricoeur (2007, p. 455) chama de “oportunidade de manipulação da memória”. Portanto,

reconheço nesse cenário o apagamento e a tentativa de retirar dos registros de memória as contribuições de um povo, o que se dá por meio da destruição de vestígios físicos ou por meio de narrativas enviesadas. Por isso, problematizar a pretensa neutralidade da memória conforme a crítica apresentada por Gondar (2016, p. 25) também se faz necessário, no tocante ao processo de manipulação de fatos, da naturalização da violência e da coisificação de seres humanos. Segundo a referida autora, “os discursos que almejam a imparcialidade costumam ocultar o olhar, a posição e a vontade de quem os emite”.

Uma vez considerando o exposto sobre os dois capítulos iniciais, acredito que também está evidente a metodologia aqui empregada. Para tanto, lanço mão do método argumentativo analítico, por meio do qual abordo o tema para possível confronto com as principais ideias de debatedores; e nessa fricção defendo a possibilidade de extrair algumas faíscas e considerações, abrindo pistas que confirmam ou desmentem os pressupostos deste estudo, considerando que os mesmos também são susceptíveis de críticas, no âmbito de uma comparação histórica, para assim tentar entender o contexto sociocultural vigente. Valho-me também do método geográfico, no que concerne à análise do espaço, buscando marcas na paisagem persistentes no tempo.

Acrescento que um dos pressupostos – que considero ser o lema das problematizações e argumentações – deste estudo seria o reconhecimento da percepção de que essas marcas na paisagem foram grafadas por intermédio do trabalho. Desse modo, o produto resultante do emprego da força de trabalho da pessoa escravizada, algo que se inscreve no espaço resistindo ao tempo é, por excelência, uma forma de resistência que perdura; observando-se atualmente o que consiste em um fixo espaço-temporal imune ao processo de apagamento. Note-se que assim, a pessoa negra escravizada, de certo modo, vale-se de sua única potência, aquela que interessa ao senhor, o trabalho, entendido como mecanismo de sobrevivência, sendo, sobretudo, uma possibilidade de resistência.

No terceiro capítulo, no esforço de trazer a lume as memórias da luta, abordo algumas formas de resistência, principalmente aquelas menos evidentes na luta das pessoas escravizadas pela liberdade. No meu entender, não se trata apenas de resistências, adicionalmente são reações e maneiras de insistir na criação de oportunidades para atuação dessas pessoas às margens da sociedade. Penso ainda em fazer alusões nessa discussão à análise do cotidiano, com os pequenos fragmentos de resistência, que somados a tantos outros podem ter contribuído para o lento desgaste do tráfico transatlântico e, posteriormente, da própria escravidão. Minha percepção é a de que esses fragmentos de resistência podem ser denominados como “atuações nas brechas do sistema”, que indicam encaminhamento ao diálogo frequente com as ideias de

Frantz Fanon, uma vez abordadas, nessa direção, as consequências duradouras do apagamento e da escravidão como chaga aberta ainda presente na história do Brasil. Acrescento que no mesmo caminho ainda serão oportunas as leituras de Jessé Souza e Aimé Césaire.

Acredito que o sentido de resistência (exposto neste capítulo final) se aproxima da ideia de encontrar possibilidades para o exercício da subjetividade, ante à vontade imperativa do outro, que se impõe mais poderoso em um sistema explicitamente assimétrico. Desse modo, resistir – na condição de pessoa cativa – poderia representar uma forma de permanecer viva. Valendo-se desse artifício, a pessoa pode assim recorrer ao recurso de humanização, negando-se à vontade do outro mais forte, alguém que impõe a morte como única via de realização. A esse recurso de resistência somam-se também a presença e a ocupação do espaço. Como dito anteriormente, se a única potência do corpo negro que interessava ao senhor era a força do trabalho, a presença poderia afirmar que o poder do senhor não seria suficiente para operar a separação entre o corpo e a força necessária para executar a tarefa pretendida. Pela presença, resistia-se e apresentava-se uma derrota que pairava e, de certo modo, subvertia a lógica da relação assimétrica entre senhor e escravo. Ao mesmo tempo em que o ser humano, coisificado pelo senhor, ao não se dispor a aceitar a coisificação imposta, reafirmaria a sua diferença subjetiva pela autoria do trabalho.

Ao me aproximar das considerações finais reporto-me aos objetivos e aos resultados alcançados, para enfim apresentar as últimas reflexões, indicando também sugestões de apontamentos para pesquisas futuras. Assim, acredito ter chegado ao final do percurso recortado neste estudo.

Contudo, os processos dessa etapa acadêmica não serão concluídos com louvor se essa pesquisa não evidenciar os diversos atravessamentos da vida do pesquisador, que mesmo tentando seguir os ritos acadêmicos, não deixam de ser sobressalentes na escrita. Ao mesmo tempo em que são norteadores, os atravessamentos, da forma de pensar geografia e memória social, se revelam como campos científicos de interesse principal. Asseguro que esta pesquisa está entranhada de inquietações pessoais que me acompanham durante toda a vida, as quais ascenderam no período da graduação na Licenciatura em Geografia, em que a África foi o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, tendo sido preservadas em estado de latência durante o exercício da minha profissão como professor de escola pública, uma prática que me obriga a discutir o letramento racial no âmbito da temática de História e Cultura Afro-brasileira.

Essas inquietações fazem parte da minha pessoa desde o meu nascimento, no município de Ilhéus, nas brincadeiras pelas ruas de Uruçuca, nas compras de finais de ano em Itabuna, ou mesmo nas memórias das várias férias passadas na fazendola da família, na erma zona rural nos

rincões da Região Cacaueira, cortada pelas estradas de barro e desbravadas nas trilhas abertas a facão, no meio da Mata Atlântica do Sul da Bahia.

Espero que a pesquisa transpareça acima de tudo essa identidade de quem viveu e respirou o cheiro da serrapilheira molhada sob o cacauero. Identidade e positividade pretas inspiradas na terra, nas amêndoas de cacau, no chocolate, na memória de mulheres e homens de pele preta, que resistiram e deixaram descendentes como o meu avô Cipriano, como eu. Que Cipriano, tropeiro afamado e pequeno agricultor que nunca conheceu “as letras”, como dizia, enquanto ostentava a alva carapinha e o olhar benfazejo, encontre nessas páginas uma continuação dos feitos de sua vida.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; MATTOS, H. Festas, patrimônio cultural e identidade negra. Rio de Janeiro, 1888-2011. **Artelogie**, n. 4, janeiro 2013.
- AMADO, J. **O menino grapiúna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- AMADO, J. **Tocaia Grande: a face obscura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, M. C. **A terra e homem no Nordeste**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, M. L. Africanos escravizados na expansão cacaueteira de Ilhéus - Bahia, 1850-1888. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, 15, n. XXVI, jan. 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sankofa/issue/view/12272/2235>>. Acesso em: 11 agosto 2022.
- ANDRADE, M. L. **Escravidão, mercado interno e exportações na economia de Ilhéus, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- ANDRADE, M. L. Trabalho e estratégias de sobrevivências: mulheres escravas e forras de Ilhéus, 1822 – 1872. **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH**, São Paulo: USP. Anais Eletrônicos, 2011. Disponível em: <<https://www.anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>>. Acesso em: 20 fevereiro 2022.
- ARENDT, H.; DUARTE, A. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- ARROWSMITH, A. **Chart of the Coast of Brasil: from cape castellanos to santos**. 1 mapa, 80 x 64,5cm em f. 85,5 x 65,5. ed. Londres: [s.n.], 1809. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart217110/cart217110.html>. Acesso em: 16 setembro 2022.
- BORGES, J. L. **Ficções**. 7ª. ed. São Paulo: Editora Globo, 1997.
- BUCK-MORSS, S. Hegel e Haiti. **Revista novos estudos**, São Paulo, n. 90, p. 131-171, jul. 2011.
- BUTLER, J. **A vida psíquica do poder**. Teorias da sujeição. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUTLER, J. **Mecanismos psíquicos del poder**. Valencia, Espanha: 2011.
- CAMPELLO, A. B. **Manual jurídico da escravidão: cotidianos de opressão**. Jundiaí: Paco, 2021.
- CAMPELLO, A. B. **Manual jurídico da escravidão: império do Brasil**. Jundiaí: Paco, 2018.

CASTELLO, J. Jorge Amado e o Brasil. In: SCHWARCZ, L. M.; GOLDSTEIN, I. S. **O universo de Jorge Amado: orientações para o trabalho em sala de aula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Anísio Garcez Homem. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2020.

CESÀIRE, A. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010

CHEVITARESE, A. L. (Org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CINTRA, D. Uma história a recontar; Crime legalizado. **Momentos da História**, Bauru, p. 8-15, mar. 2018.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

CRUZ, R. L. **Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia, 1880-1900**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista. Franca. 2012.

CRUZ, R. L. Excertos sobre escravidão negra na Vila de Canavieiras, século XIX. **Revista do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História e Geografia**, Ilhéus, n. 2, p. 22-38, 2022.

DEBARY, O. Antropologia dos restos: da lixeira ao museu. Trad. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017.

DEPESTRE, R. **Bom dia e adeus à negritude**. Tradução de Maria Nazareth Soares Fonseca e Ivan Cupertino. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, v. I, 2011.

DEROY, Laurent. **Habitation de négres**. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_175.jpg. Acesso em: 29 jan. 2023>.

DEROY, Laurent. **Habitation de négres**. Paris [França]: Lith. de G. Engelmann, [1835]. 1 grav, pb. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_175.jpg. Acesso em: 17 fev. 2023.

DIAS, M. H.; CARRARA, A. A. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, F. R. et al. **Quatro questionamentos sobre a violência**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

FARIAS, F. R. Vestígios e sombras a violência. In: FARIAS, F. R.; VIANNA, G. R.; LEVY, S. D. **Violência, bricolagem e escrita**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

FARIAS, F. R.; DUPRET, L. **Desígnios de poder: memória e domínios**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálises e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FROND, V. Avant le depart pour la roca. In: RIBEYROLLES, Charles. **Brazil pittoresco: album de vistas, panoramas, monumentos...** Paris [França]: Lemerancier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 porta-fólio (75 grav, litografia, pb, 23 x 32cm a 43 x 55cm); 72 x 57. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6804. Acesso em: 17 fev. 2023.

GINZBURG, J. A violência na Literatura Brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. In: SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J.; HARDMAN, F. F. **Escritas da violência**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GINZBURG, J. **Crítica em tempos de violência**. Tese de Livre Docência (Literatura Brasileira) - Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 300. 2010.

GLISSANT, É. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos até a morte de Zumbi dos Palmares**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, v. 1, 2019.

GONÇALVES, V. S. **Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social do Brasil) Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

GONÇALVES, V. S. Homens de cabedal, economia e as grandes escravarias de Ilhéus-Bahia no século XIX (1807-1888). **Especiaria- Caderno de Ciências Humanas**, p. 307-337, jul/dez 2018.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre a memória social. In: DODEBEI, V.; FARIAS, F. R.; GONDAR, J. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social**. Especial. ed. Rio de Janeiro: Híbrida, v. 9, 2016.

HAESBAERT, R.; RAMOS, T. T. **O mito da desterritorialização econômica**. GEOgraphia, Niterói, 6, n. 12, 2004. 25-48. Disponível em:

<<https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13478/8678/52826>>. Acesso em: 10 agosto 2022.

HALLBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HILDEBRAND, J. G.; SALZTRAGER, R. Novas formas de elaboração: a violência estética no cinema hollywoodiano contemporâneo. **Revista memória em rede**, Pelotas, 11, n. 25, jul/dez. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia**, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 20 outubro 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf>. Acesso em: 16 setembro 2022.

LAMEIRAS, A. A. **Desterritorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego**. Ensaio metodológico. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Universidade de Coimbra. Coimbra. 2013.

LIMA FILHO, V. M. O comércio de escravizados(as) na Bahia na segunda metade do Século XIX. **XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasília, julho 2017. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846521_ARQUIVO_OcomerciodeescravosnasegundametadedoSeculoXIX\(1\).pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846521_ARQUIVO_OcomerciodeescravosnasegundametadedoSeculoXIX(1).pdf)>. Acesso em: 10 agosto 2022.

LIMA, I. De origem amazônica, o cacau era consumido na floresta há 5,5 mil anos. **Portal Amazônia**, 2022. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/estados/amazonia-internacional/de-origem-amazonica-o-cacau-era-consumido-na-floresta-ha-5-5-mil-anos>>. Acesso em: 19 Julho 2022.

MAHONY, M. A. “Instrumentos necessários”: Escravidão e posse de escravo no sul da Bahia no séc. XIX (1822-1889). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 25-26, 2001. 95-139.

MAHONY, M. A. A vida e os tempos de João Gomes: escravidão, negociação e resistência no Atlântico negro. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, n. 13, p. 1-38, jun 2016.

MAHONY, M. A. Em busca de Mejiçã e sua família: um diálogo entre a oralidade e a documentação escrita. In: PÓVOAS, R. D. C. **Mejiçã e o contexto da escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012.

MAHONY, M. A. The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia's Cacao Sector. In: TOPIK, S.; MARICHAL, C.; FRANK, Z. **From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the World Economy, 1500–2000**. Durham e Londres: Duke University Press, 2006.

MAHONY, M. A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauceira da Bahia. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, 10, n. 18, p. 737-793, jul/dez. 2007.

MATOS, I. S. **Caracterização morfosedimentar do fundo estuarino da Baía do Pontal Ilhéus - Bahia, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REDE, M. Escravidão antiga e escravidão moderna. **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**, n. 3, p. 9-18, dez. 1998.

REEMTSMA, J. P. **Trust and violence: an essay on a modern relationship**. Tradução de Dominic Bonfiglio. Princeton: Princeton University Press, 2012.

REIS, I. C. F. “Uma negra que fugio, e que consta que já tem dous filhos”: Fuga e família entre escravos na Bahia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 23, p. 27-46, 1999.

REIS, J. J. Notas sobre resistência e controle de escravos na Bahia, que recebeu a família escrava em 1808. **Revista USP**, São Paulo, p. 106-117, set/nov 2008.

REIS, J. J. Resistência escrava em Ilhéus: um documento inédito. **Anais do Arquivo do Estado da Bahia**, n. 44, p. 285-297, 1979.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, J.J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez/fev. 1996.

RIBEIRO, A. L. R. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, A. L. R. **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacauceira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005.

RIBEIRO, A. L. R. **Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2008.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, L. B. **A região cacauera da Bahia: uma abordagem fenomenológica.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe. Aracaju. 2006.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias.** São Paulo: EdUNESP, 2010.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Nègres a fond de calle.** Paris [França]: Engelmann, 1835. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon92944d4i1.jpg>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SÁ, Manuel Ferreira da Camara Bittencourt e. **Ensaio de descrição física, e economica da Comarca dos Ilheos na America.** Por Manoel Ferreira da Camara. Lisboa [Portugal]: Offic. da Academia Real das Sciencias, 1789. 47 p., 20 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or9293/or9293.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

SACRAMENTO, V. J. **Mergulhando nos mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX).** Dissertação (Mestrado em estudos étnicos e africanos) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Zona do Cacau.** 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, M. A. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal (1850-1888).** São Paulo: Alameda, 2016.

SANTOS, O. O. Percurso e reflexo do esquecimento na perspectiva de Paul Ricoeur. **Cadernos do PET-Filosofia**, Teresina, 12, n. 24, dezembro 2021.

SANTOS, R. D. C. E. D. **A região cacauera da Bahia em Jorge Amado: memória, imaginação e a identidade pelo prisma da geoliteratura.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2017.

SANTOS, S. A. D. Rumo ao sul: considerações sobre os locais de desembarques do tráfico transatlântico de escravizados na Bahia após 1831. **Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, (UFRGS), Porto Alegre, maio 2017. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/silvanaandradedossantos.pdf>>. Acesso em: 10 agosto 2022.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). **Cacau: produção, manejo e colheita.** Brasília, 2018.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOFISKY, W. **Tratado sobre la violencia.** Madrid: Abada, 2006.

SOUZA, A. C. B.; VILHENA, J. Desenraizamento e identidade, algumas reflexões sobre a migração brasileira para o Canadá. **Polêmica**, Rio de Janeiro, 10, n. 3, p. 389-398, jul/set. 2011.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SVARTMAN, B. P. Trabalho e desenraizamento: um estudo sobre o sofrimento psicossocial gerado pela organização do trabalho fabril. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-244, 2011.

TUAN, Y.-F. Lugar: uma perspectiva experiencial. **Geograficidade**, Rio de Janeiro, 8, n. 1, jan. 2018.

VIÑAR, M.; VINÃR, M. **Exílio e tortura**. Tradução de Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992.

XING, F. **Tocaia Grande: Romance-Síntese de Jorge Amado**. Dissertação (Mestrado em Teoria e História literária) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2014.

ZIZEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.